



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

DAS PERIFERIAS URBANAS AOS ASSENTAMENTOS RURAIS: O MUTIRÃO COMO FORMA DE
PROVISÃO HABITACIONAL

Rodolfo José Viana Sertori (EESC/USP) - r046271@gmail.com

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da EESC/USP

Das Periferias Urbanas Aos Assentamentos Rurais

O Mutirão Como Forma De Provisão Habitacional

Resumo

Neste trabalho procuro problematizar algumas questões contidas no processo de produção da habitação social por meio do mutirão. Mais especificamente, busco trazer para a arena do debate algumas interrogações relacionadas ao emprego dos mutirões autogeridos enquanto um dos procedimentos oficiais de gestão e produção da habitação social, inclusive nos assentamentos rurais, destacando suas particularidades em relação aos mutirões urbanos. Para tanto, parto de uma experiência habitacional realizada em um assentamento rural de reforma agrária, localizado na região sudoeste do estado de São Paulo, onde 42 moradias foram construídas pelas próprias famílias assentadas, em regime de mutirão, entre os anos de 2004 e 2006. A partir deste exemplo, bem como de seus resultados e significados, parto do princípio de que este tema se configura enquanto um assunto de interesse público e que, portanto, merece alcançar o patamar do pensamento crítico. É importante dizer que o exercício deste trabalho não se justifica na busca por respostas, mas na tentativa de construir e qualificar algumas indagações.

1. A não-cidade¹ entra em cena

1.1. A formação do assentamento rural Pirituba II: necessidade de terra e trabalho

A trajetória do assentamento rural Pirituba II, assim como de outros assentamentos que surgem em decorrência de inúmeros embates no campo, é marcada por uma série de conflitos e ocupações de um latifúndio de 17.500 hectares, localizado entre os municípios de Itapeva e Itaberá, na região sudoeste do estado de São Paulo. Em 1980, um pequeno grupo de agricultores sem-terra do município de Itararé, incomodado com a tomada deste latifúndio por grileiros, e tendo em vista a necessidade de terra e trabalho, decide ocupar uma parte desta área.

Neste processo, um dos precursores desta primeira ocupação explica que:

“Começamos, que nós não tinha terra mesmo, não tinha onde trabalhar. Tinha uma morada em Itararé, que eu morava lá em Itararé... depois aí não tinha terra pra arrendar e a gente tinha conhecimento da Pirituba, que era uma fazenda do Estado e só grileiro que vivia aqui... nós resolvemos vir aqui arrendar uma terra. No fim não deu certo, convidamos quatro companheiros e viemos ocupar a área.”²

Segundo Gabriel Feltran (2008), debruçando-se em uma interessante interpretação sobre o processo de formação do assentamento rural Pirituba II, desenvolvida no artigo “*Limites da virtude isolada: movimentos sociais e a política no Brasil*”, a ocupação da Fazenda Pirituba por esse pequeno grupo de agricultores foi o ponta pé inicial para que outros pequenos agricultores, compartilhando das mesmas necessidades e carências, aderissem ao movimento popular que se formava, fazendo-o ganhar corpo e visibilidade.

Contudo, as ocupações iniciais deste pedaço de terra não poderiam estar isentas de processos violentos e repressivos. Este ato político de ocupar uma terra que, de acordo com a *racionalidade* desses indivíduos poderia ser reivindicada para si de forma autônoma, sem permissão ou autorização prévia significou, nos termos de Jacques Rancière, um *dissenso*. E no caso das ocupações de terra no Brasil, em específico, este dissenso também se caracteriza enquanto *conflito*. Conflito este que, na maioria de suas ocorrências, não se desdobra em interações que possibilitem a compreensão e a solução do problema que está sendo apresentado: a má distribuição de terra e renda no país, reforçando suas desigualdades sociais.

Ao contrário, por serem considerados como uma anomalia a ser combatida, tais conflitos ancoram-se muitas vezes na violência enquanto meio de se re-estabelecer a ordem. No entanto, se invocarmos Hannah Arendt³ para clarear brevemente algumas reflexões sobre o tema, podemos perceber que, na medida em que a prática de ações violentas passa a imperar sobre o diálogo entre os sujeitos, ocorre conseqüentemente a anulação de quaisquer chances de se experimentar outras mediações capazes de constituir *espaços públicos* e, portanto, sujeitos políticos.

No mesmo sentido, Cibele Rizek (2003, p. 41) ressalta esta “perda” apontada por Arendt, sobretudo quando da “impossibilidade da emergência legítima de conflitos no interior das próprias experiências em curso, e da impossibilidade de configuração de uma cena pública na qual a esfera das necessidades possa ser discutida como algo que diga respeito ao conjunto da sociedade e ao conjunto da esfera política”.

Ainda sobre este tema, e de acordo com as idéias propostas por Arendt, referentes à concepção de política enquanto exercício possível apenas no espaço público, onde o direito à palavra comunicada e ao diálogo entre os sujeitos se estabelece enquanto expressão legítima do confronto plural de consciências heterogêneas, Zander Navarro (2002) esboça a idéia de que “em uma sociedade tão marcadamente desigual, se o conflito não é parte constitutiva da política, as classes subalternas jamais terão a oportunidade de alterar as diferentes assimetrias existentes”.

Retomando o período em que a luta pela terra é estabelecida, e tendo em vista o campo de tensões criado entre pequenos agricultores, proprietários e jagunços, outras mediações e articulações foram possíveis. Incomodados com o regime político no início dos anos 80, membros progressistas da Igreja Católica e intelectuais marxistas passaram a incorporar e a intensificar as lutas dos movimentos populares, munidos por um discurso emancipatório e a favor da democracia. Neste processo, destaca-se a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), dos sindicatos de trabalhadores e, principalmente, do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP)⁴.

Contando com sólida articulação entre sem-terras, sindicatos, Igreja Católica e técnicos do Estado, a ocupação definitiva que daria início ao processo de regularização do assentamento rural Pirituba II ocorre no dia 13 de maio de 1984. Neste dia, de acordo com Feltran (2008, p. 103), 250 famílias ocupam inicialmente uma área de 6.700 hectares (correspondente a 160 mil m²) da Fazenda Pirituba.

No ano de 1984, após a ocupação definitiva, o assentamento Pirituba II era constituído por duas áreas, Área I (52 famílias) e Área II (92 famílias). Antes da sua regularização efetiva, ocorrida em 1991, novas famílias ocuparam o assentamento, formando-se as Áreas III (64 famílias) e IV (48 famílias, em caráter emergencial). Em 1992, mais 45 famílias são assentadas em caráter emergencial, constituindo-se a Área V. Em 1996, são assentadas mais 64 famílias, formando a Área VI.

Lúcia Zanin Shimbo (2004), em sua dissertação de mestrado “*A casa é o pivô: mediações entre o arquiteto, o morador e a habitação rural*” indica que no final da década de 90, aproximadamente 14 famílias que estavam na Área VI foram assentadas no Pastão, pertencente à Área I, sendo muitas delas filhos das primeiras famílias a ocuparem a Fazenda Pirituba. Atualmente, de acordo com dados do ITESP (2009), o assentamento ocupa uma área de 8.025 hectares, possui 373 lotes, distribuídos em sete áreas agrícolas, e abriga um total de 386 famílias.

1.2. Da necessidade de terras à necessidade de produção: os tempos da Associação

Após a formação das primeiras agrovilas, as famílias assentadas se organizaram coletivamente para buscar condições de acesso a linhas de financiamento público para a produção agrícola. A opção encontrada foi a criação de uma Associação, possibilitada também por uma forte articulação entre os assentados e o ITESP. Por meio desta organização, os assentados conseguiram ter acesso a linhas de crédito, assistência técnica, maquinário e infra-estruturas, garantindo tempos de farta produção até o ano de 1988.

No entanto, ainda de acordo com Feltran (2008, p. 129), após quatro anos desde a sua fundação, a Associação entra em declínio, o qual tem sua justificativa no fato de alguns agricultores decidirem abrir mão do trabalho coletivo, preferindo a produção individual. O depoimento de um dos assentados que integrou a Associação, e compôs a sua diretoria, expressa claramente as tensões vivenciadas naquele período:

“Nós é criado na roça... então ele num queria aquele sistema de ser mandado, vamo supor; pegar a lavoura pronto... ele queria ele mesmo fazer. E aí o pessoal foi corroendo a Associação. Que jeito foi corroendo? Uns num queria mais o crédito junto, queria pegar o dele separado... o tratorista ele num queria... ele queria que fosse o dele, num queria o tratorista que nós mandava, né... não queria mais o grupo dentro da Associação, queria tocar individualmente, e aí começaram a desviar a produção... e muitos... e muitos chegou uma

época que nem custeio num queria mais... teve pessoas que nós colhia e num deixava colher a produção dele, e ele mesmo colhia pra ele mesmo pagar o banco... queria fazer no nome dele, direto, né... aí chegou num ponto que viu que não dava mais pra mexer com eles, a gente abriu mão da sociedade [...] e foi tocar cada um pra si.”⁵

As posturas relatadas acima fizeram emergir entre os assentados conflitos e disputas internas, por recursos e poder. Além disso, o não pagamento das dívidas de alguns dos assentados que se desvincularam da Associação gerou um acúmulo de dívidas sem precedentes para a organização, fazendo com que a produção coletiva, juntamente com a própria Associação, ingressasse em um declínio sem volta, com inúmeros danos para os assentados, em diferentes aspectos.

Sobre este fato, Feltran ainda tece algumas reflexões que ajudam a problematizar suas questões de fundo. “Pela primeira vez, nesta trajetória das famílias assentadas, ganha destaque “a heterogeneidade dos setores populares, inclusive de classe, a qual tem atravessado as famílias da zona rural brasileira”. A manifestação de múltiplas diferenças entre os assentados nos permite dizer que “nem todos os sem-terra são iguais”. E não haveria, de fato, razão de serem.

Os desafios em compreender e respeitar as heterogeneidades presentes no assentamento ficarão mais evidentes com a chegada do MST.

1.3. A chegada do MST e suas cooperativas agrícolas: uma esperança controversa

Diante do declínio da Associação e, conseqüentemente, da baixa produtividade no assentamento, o MST – nascido formalmente em janeiro de 1984 –, contando com forte apoio dos técnicos do ITESP por um lado, e resistência de ex-dirigentes da Associação, por outro, chega ao assentamento. A entrada do MST no território conquistado pelos assentados, ocorrida em 1987, três anos após o seu surgimento, acabou por despertar nas famílias alguma esperança frente ao desmoronamento da Associação e aos prejuízos adquiridos nesse processo.

No artigo *“Mobilização sem emancipação – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil”*, Zander Navarro (2002) desenvolve uma trajetória sociopolítica bastante instigante sobre o MST, desde o seu surgimento até o início dos anos 2000. O texto também é composto por um conjunto de argumentos críticos sobre as estratégias de atuação do movimento frente aos

dilemas das lutas sociais presentes no campo. Ainda que diversas passagens desse artigo pudessem ser retomadas neste trabalho, sobretudo aquelas que dizem respeito às diferentes fases do movimento, uma questão em especial merece ser destacada. Diante do crescimento do número de assentamentos no país, no final da década de 80, a principal questão que se colocava para as lideranças do MST, segundo aponta o autor, era: “como organizar a produção nessas novas áreas, viabilizando economicamente os assentados e apresentando-as como “áreas modelo”?”

A solução encontrada pela direção nacional do MST foi a formação de cooperativas coletivizadas nos assentamentos rurais. Imbuídas por um ideário de *civilização*⁶ dos assentados, por meio do trabalho coletivo, as cooperativas de produção do MST foram “impostas” no assentamento rural Pirituba II, desconsiderando-se radicalmente as tradições das famílias assentadas e as distinções entre cada uma delas. Estabelecia-se também (e novamente) um modelo de relação com o qual os assentados não se identificavam, tendo em vista as experiências frustradas experimentadas nos tempos da Associação.

Descontentes com este modelo de produção imposto pelo movimento, muitas famílias se desvincularam das cooperativas, restando desse processo muitas dívidas e desgastes entre elas. No entanto, algumas famílias permaneceram cooperativadas, fato que acarretou em uma “divisão” no assentamento: de um lado, aqueles que se mantiveram cooperativados (*os de dentro, ou os coletivos*); de outro, aqueles que se desvincularam das cooperativas (*os de fora, ou os individuais*).

Evidentemente que esta divisão também esteve caracterizada pelas diferentes formas de representatividade do MST no assentamento. Havia as famílias que sentiam-se representadas e aquelas que não se sentiam representadas pelo movimento. Outro fator era o acesso (ou não) aos benefícios que a cooperativa oferecia, já que suas linhas de crédito eram negociadas diretamente entre a direção nacional do MST e o Estado. Diante das dificuldades de se obter recursos públicos para investirem na produção, Feltran (2008) afirma que as famílias *individuais* permaneceram isentas de qualquer benefício ou direitos, submetendo-se a relações “clientelistas” com políticos locais.

Estas experiências, em especial as vivenciadas nas cooperativas do MST, geraram um *trauma* nos assentados com relação ao trabalho coletivo, uma vez que estas organizações coletivas, impostas por agentes externos ao assentamento, não respeitaram o direito dos assentados de exercer ou escolher o seu modo de produção mais adequado. Este fato também pode ser considerado como uma transgressão ao direito e à liberdade de escolha e de decisão das famílias assentadas (ou seja, à sua autonomia e possibilidades de

emancipação), tão reivindicadas por muitas delas e presente, inclusive, nos discursos do próprio MST.

1.4. Primeiro, casas para os da cooperativa

Instaurada a divisão entre os *de dentro* e os *de fora* do modelo de produção do MST, na década de 90 houve um projeto habitacional, por meio de uma das cooperativas, em parceria com o ITESP e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU). Inicialmente previsto para atender as famílias cooperativadas, o projeto habitacional funcionava da seguinte forma: a CDHU fornecia a cesta de materiais construtivos e o ITESP seria o responsável pela assessoria técnica. As famílias, por sua vez, entrariam com a mão de obra para a construção das casas.

Porém, muitos problemas surgiram pelo fato da assessoria técnica de um projeto desse tipo não fazer parte das reais atribuições dos técnicos do ITESP. A falta de planejamento e gerenciamento eficientes das obras, assim como as perdas e roubos de materiais fizeram com que algumas famílias cooperativadas não conseguissem terminar suas casas. Além das famílias que ficaram com moradias inacabadas, restavam também as famílias *individuais*, que nem tiveram a chance de acessar os recursos e construir suas casas.

Lúcia Zanin Shimbo (2004), ainda em seu trabalho de mestrado, expõe o depoimento de uma das moradoras do assentamento que participou de articulações anteriores com o governo do estado e militantes do MST, para que os moradores do assentamento Pirituba II, e de outros assentamentos do estado de São Paulo, conseguissem acessar financiamento habitacional. Segundo a assentada,

“Quando nós negociamos esse material nós não falamos que era só para coletivo, que só era pra quem tava inserido na cooperativa. Era para todos os assentados, não era para uma minoria né? Era pra todo estado de São Paulo. Quando chegou aqui na Pirituba, ele chegou só para os coletivo, aí as lideranças puxaram só para os coletivos, pras cooperativas... na verdade era meio manipulado: se você entra na cooperativa, você tem casa, se você não entra, você não tem casa. Isso a gente considerou como chantagem, né, obrigando o povo entrar no coletivo, que muitos entraram por isso...”⁷

A situação descrita pela moradora deixa explícito o universo de carências e contradições que havia se tornado o assentamento Pirituba II, fundamentando-se no campo das necessidades e desigualdades. O assentamento mais antigo do estado de São Paulo⁸, considerado na década de 80 como *vitrine* da reforma agrária, vivenciava em seu cotidiano

as dificuldades de constituir-se, a partir da sua própria realidade, como um novo modelo de cidade.

Como já afirmara João Marcos de Almeida Lopes (2002) em seu artigo “O dorso da cidade: os sem terra e a concepção de uma outra cidade”, “são grandes os riscos de se imaginar uma “cidade dos sem-terra” transformada, livre e com potenciais emancipatórios, sem reproduzir os mesmos equívocos que contradizem o que se pretende”. O “processo civilizador” do trabalho em grupo, ideologizado pelo MST, que o impôs no assentamento por meio de suas cooperativas, pode ser caracterizado enquanto um desses equívocos.

Através de *discursos competentes*⁸, buscava-se re-significar o “mundo do trabalho” dos pequenos agricultores e, conseqüentemente, as formas de organização da vida no campo. O que as lideranças do movimento supostamente não imaginavam é que os “sentidos civilizadores” desse processo coletivo significariam, na verdade, um *gerenciamento* da vida social dos assentados, privando-os de transformar a terra ocupada em um espaço político e legítimo de reivindicações, direitos e autonomia.

A lógica conferida a esta “gestão técnica” das questões sociais associa-se à concepção de *massa* elaborada por Hannah Arendt, ainda que em outro contexto. Arendt ajuda-nos a refletir sobre esta idéia na medida em que a homogeneização dos indivíduos se faz necessária, inconscientemente ou não, para se alcançar determinada finalidade. Independente dos fins almejados, a homogeneização dos sujeitos, e mais especificamente das famílias do assentamento Pirituba II, caminha, de acordo com Maria Célia Paoli (2007), no sentido contrário à experiência da liberdade de ação e discordância. Logo, no sentido contrário também à experiência do conflito, excluindo, portanto, o real sentido da política.

Outra observação importante a ser feita, ainda com base no depoimento da moradora e nas reflexões desenvolvidas acima, apóia-se no seguinte fato: reféns de suas próprias carências (carências estas que, no campo das necessidades sociais, tornam-se inevitavelmente determinantes para os moradores do assentamento), algumas famílias, não vendo outra opção para a solução imediata de seus problemas (no caso em questão, o problema da habitação), renderam-se ao modelo de trabalho defendido pelo MST. Ora, diante da situação vivenciada por estas famílias, a adesão às “regras” do movimento poderia garantir, dentre outros benefícios, a oportunidade de melhorarem suas condições de habitação, ainda que discordassem completamente da sua lógica.

Alguns moradores do assentamento, no entanto, não contemplados pelo projeto “coletivo” do ITESP/CDHU, organizaram um abaixo assinado reivindicando novas casas. Por meio do

acesso a este documento, um grupo de pesquisadores⁹ da Escola de Engenharia de São Carlos (EESC-USP), que desde 1998 já desenvolvia pesquisas relacionadas ao tema da habitação social na região sudoeste do estado, entrou em contato com as famílias do assentamento Pirituba II. A partir deste encontro entre os pesquisadores e as famílias assentadas, ocorrido em novembro de 2002, inicia-se a discussão do projeto habitacional a ser desenvolvido no assentamento, resultando na construção das 42 unidades habitacionais.

2. O projeto Inovarural: breve histórico

O projeto “*Inovarural: habitação rural com inovações no processo, gestão e produto: participação, geração de renda e sistemas construtivos com recursos locais e renováveis*” foi realizado no assentamento rural Pirituba II e coordenado pelo Grupo Habis (EESC-USP). Seu desenvolvimento pode ser dividido em três fases, organizado da seguinte forma: 1) a primeira diz respeito às reuniões iniciais ocorridas no final de 2002, entre o grupo de pesquisadores e as famílias do assentamento; 2) a segunda fase refere-se ao período de formação de um grupo de famílias¹⁰, ocorrido durante todo o ano de 2003, com o qual foram discutidos o projeto arquitetônico das casas, os materiais e técnicas construtivas e os programas habitacionais¹¹ possíveis de serem acessados pelas famílias; 3) por último, inicia-se a terceira fase do projeto, em janeiro de 2004, referente à organização das famílias para o mutirão das 42 casas.

O processo construtivo destas unidades habitacionais é o principal foco de problematização e reflexão deste trabalho, com o qual pretendo pôr em relevo alguns questionamentos sobre a prática do mutirão enquanto política habitacional, recorrendo, para tanto, a algumas constatações empíricas e às contribuições de alguns autores que debatem sobre este tema. Ao mesmo tempo, procuro ressaltar as particularidades e complexidades deste procedimento quando adotado para resolver a questão da habitação em um assentamento rural. Esta reflexão inicia-se, portanto, com um breve histórico da organização do grupo de famílias para o mutirão, destacando-se os acordos coletivos de obra, as exigências do programa de financiamento, os conflitos emergidos durante o mutirão e as estratégias de atuação da equipe técnica.

Para o mutirão do projeto Inovarural, as 42 famílias foram divididas em sete grupos de trabalho, de acordo com critérios de afinidades estabelecidos previamente por elas. Após estas divisões, foram realizadas diversas reuniões com os assentados para a elaboração de

um Regimento Interno de Obras¹². Este documento era composto por um conjunto de “normas” para o trabalho nos canteiros de obras e explicitava os “deveres” e os “direitos” de cada mutirante (suas funções durante a construção de suas casas e das casas dos seus companheiros de grupo¹³, a carga horária de trabalho por dia, as penalidades em casos de faltas ou quebras de acordo coletivos, entre outros).

Para alcançar as “inovações” propostas para a gestão do projeto, foram criadas algumas comissões para que os próprios assentados pudessem gerenciar, de forma “participativa” e “autônoma”, todas as etapas de obra (compras e recebimento de materiais construtivos; controle das finanças; controle das horas e dias trabalhados por cada família). O papel de cada comissão também foi discutido com as famílias e incorporado ao Regimento de Obras. À equipe de assessoria couberam as funções de “capacitar” os mutirantes para todas estas atividades, tanto de gestão como de construção das casas, responsabilizando-se também pelo acompanhamento constante dos 42 canteiros de obras.

Em abril de 2004, com o início do processo construtivo, surgem os primeiros conflitos entre as famílias, ocasionando em inúmeras modificações nas configurações iniciais dos sete grupos de trabalho. Estes novos arranjos entre os membros de cada grupo foram permanentes durante todo o período de construção das casas, havendo aqueles que preferiram seguir com as obras de forma individual, ou com a ajuda de pedreiros contratados. Na medida em que a organização inicial dos assentados era alterada, alterava-se consequentemente o cronograma de obras.

Segundo exigências do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social Rural, em contrato assinado com a CEF, as 42 casas deveriam ficar prontas no período de um ano. Porém, aos poucos as famílias foram percebendo que este cronograma seria impossível de ser cumprido, já que as atividades agrícolas, principalmente nos períodos de maior intensidade, eram (necessariamente) concomitantes às atividades de construção das casas. De acordo com um dos assentados, *“o programa tinha que se adequar à nossa realidade” / “se em um ano não dá, a gente se organiza e faz em dois”*.

Para as deliberações coletivas foram estipuladas as reuniões de grupos e as assembléias, seguindo-se uma dinâmica organizativa e deliberativa semelhante à do MST, e também interna a outros assentamentos. Porém, esses espaços decisórios, criados especificamente para o projeto, nem sempre se configuravam enquanto espaços legítimos de deliberação dos assentados, uma vez que algumas decisões internas a cada grupo poderiam ser tomadas de outras formas, em outros espaços, sem a presença de agentes externos (como a equipe de assessoria, por exemplo).

Este fato, assim como os constantes rearranjos dos grupos de trabalho, configurou-se enquanto mecanismos que os próprios assentados encontraram para não abrirem mão da sua autonomia e liberdade de decisão sobre questões que, ora lhes era conveniente deliberar de forma individual, ora de forma coletiva. Diante do histórico do processo de ocupação e formação do assentamento, bem como das experiências desgastantes com o trabalho coletivo, muitas das 42 famílias não hesitaram em “ignorar” os acordos coletivos de obra, sobretudo quando estes acordos e este modelo de trabalho não lhes faziam mais sentido. Da mesma forma que muitas famílias se desvincularam da Associação e das cooperativas do MST, muitas desvincularam-se também dos seus grupos de trabalho, dos acordos e da dinâmica de trabalho proposta.

É possível afirmar, então, que o *trauma* com o trabalho coletivo também se refletiu no mutirão do projeto Inovarural. Por outro lado, vale destacar que aquelas famílias que se mantiveram agrupadas (com uma, ou mais famílias) para dar andamento às construções de suas casas, conseguiram manter o andamento das obras de acordo com os cronogramas estabelecidos.

Os diferentes estágios de obras, contudo, não estavam associados apenas à “dedicação” das famílias para o trabalho em mutirão, ou aos reagrupamentos ocorridos durante o processo. Na verdade, estes fatos não se configuram enquanto as questões centrais a serem problematizadas. É importante ressaltar, neste caso, a relação direta entre a dimensão das políticas e dos programas habitacionais, das condições de vida dos assentados e do trabalho em mutirão.

Naquele período, em que um dos assentados diz que o programa habitacional é que deveria estar adequado à realidade da comunidade, e não o contrário, o que estava na pauta de discussões era o cronograma de obras. No entanto, junto a este cronograma estavam incorporadas as possíveis conseqüências no caso do seu não cumprimento. A principal delas (e também a mais imediata) dizia respeito à “paralisação” das obras, ou seja, a liberação das próximas parcelas do subsídio era interrompida até que todas as famílias atingissem o mesmo estágio de obras. Enquanto isso, os recursos destinados à compra de materiais e pagamentos de fornecedores ficavam bloqueados.

Ainda que estes procedimentos dependessem bastante do modelo de contrato¹⁴ estabelecido entre os sujeitos envolvidos (CEF, INCRA e assentados), a questão que necessita ser problematizada fundamenta-se na instrumentalização das políticas públicas, operacionalizadas de forma absolutamente controversa pelos programas habitacionais, e corroborando, assim, para um *gerenciamento prático da escassez*.

3. Um balanço ainda em curso

Supor pragmaticamente que 42 famílias de um assentamento rural conseguiriam autoconstruir suas próprias moradias no período de um ano, com recursos públicos escassos, significa, como já indicara Francisco de Oliveira (2006, p. 5), a “inclusão pela exclusão”. Este fenômeno ocorre justamente porque, no caso deste mutirão rural, estas famílias, que não possuíam renda mensal fixa e estavam, em sua maioria, inadimplentes naquela época, precisaram se submeter a uma forma conflitante de trabalho. Trabalho exaustivo, não remunerado e que possui sua principal característica na superexploração de quem o executa.

O autor ainda destaca, de forma bastante incisiva, um fator importante sobre os mutirões e que está relacionado à experiência desenvolvida com as 42 famílias do assentamento Pirituba II. Para o mutirão funcionar “é preciso que exista um ente místico chamado *povo*”. Cria-se uma “comunidade ilusória”, que dificilmente irá resistir depois de concluídas as casas, para obrigar cada um a doar seu próprio trabalho.

Estas comunidades ilusórias também foram forjadas em outros momentos da história do assentamento, representando um modelo de “cidadania” pautado nas práticas “fraternas” de cooperação e solidariedade. Porém, no caso do assentamento em questão, o que pode ser observado a partir das informações empíricas expostas neste texto é que estas comunidades mantiveram-se organizadas devido à emergência das suas necessidades.

Como estas experiências coletivizadas ocorrem na esfera da escassez, de desativação dos direitos e anulação dos espaços políticos de reivindicações, a solidariedade e o trabalho coletivo, articuladas a um processo de “politização da carência”, segundo Rizek (2003), tornam-se inevitavelmente necessários, pois sem eles não seria possível socorrer, mesmo que de forma emergencial, o conjunto de demandas e problemas sociais dos pobres.

No bojo deste debate, o qual merece adentrar o campo da reflexão e da crítica, Paoli (2007) elabora a seguinte observação:

“Mesmo que haja virtude pessoal envolvida – e as há – e resultados interessantes de bons projetos técnicos que poderiam levar a reflexões e posturas críticas importantes, atuar em um contexto ausente de espaços públicos faz emergir novamente uma questão levantada originalmente no pós-guerra e que certamente ainda é, a meu ver, a interrogação que importa atualmente quando falamos de democracia. Referindo-se às formulações propostas por Hannah Arendt no livro “O que é política”, a autora acrescenta: a política, terá ela algum sentido?”

Esta interrogação, ainda que formulada por Hannah Arendt na segunda metade dos anos 50, coloca-se atualmente como um questionamento latente, uma vez que o processo brutal de desmanche da esfera política tem feito prevalecer, em seu lugar, o gerenciamento técnico dos problemas relativos ao social. Esta gestão das questões sociais associa-se, de forma explícita e direta, à questão desenvolvida neste texto, referente aos mutirões habitacionais, sobretudo porque esta prática tem sido adotada como política oficial de habitação, fato que, segundo Francisco de Oliveira (2006), implica em funcionalizar a pobreza. É como se o mutirão fosse a única forma “possível” de provisão da habitação social.

Mais do que isso: dadas as possibilidades “virtuosas” de se experimentar e “inovar” nos canteiros dos mutirões, buscando-se novas interações participativas, autogestionárias e mais democráticas entre os atores, desenvolvendo-se técnicas e sistemas construtivos “alternativos”, corre-se o risco de atribuir a este modelo de provisão habitacional um potencial de transformação radical para o processo de concepção e construção da cidade, inclusive da não-cidade.

Independente dos aspectos “positivos” que podem ser alcançados nos mutirões, das novas relações sociais e de trabalho experimentadas nos canteiros, das “inovações” e soluções bem sucedidas no projeto arquitetônico, a discussão em pauta fundamenta-se na problematização do mutirão enquanto política de habitação. Estes “ganhos”, em suas diferentes esferas, valorizados por equipes diversas de assessorias técnicas, por movimentos de moradia, por agrupamentos espontâneos de moradores, por pesquisadores, não podem ser, de forma alguma, desconsiderados ou ignorados no processo de reflexão e análise dos mutirões. Assim como seus aspectos “negativos” ou desastrosos, são esses elementos que configuram a “forma mutirão” enquanto um objeto analítico dotado de particularidades, complexidades e contradições.

Contudo, não se pode afirmar que esta forma de encarar o problema da habitação social e exercer a política é, no conjunto dos seus significados e resultados, transformadora e emancipatória. No livro *“Os parceiros do Rio Bonito”*, Antônio Cândido (1987) observa a prática de mutirões nas comunidades rurais de antigamente, no interior de São Paulo, as quais apoiavam-se na ajuda mútua para construir suas casas (ou ranchos). Vale observar que, naquela época, os mutirões eram espontâneos, não integrando políticas habitacionais, mesmo porque não haviam políticas públicas para habitação rural.

Décadas se passaram, e esta forma “arcaica” e rural de providenciar a habitação tem sido oficializada enquanto política habitacional, tanto para áreas urbanas como para áreas rurais.

E neste sentido, conforme sugere Rizek (2003), torna-se necessário dizer que este processo, diante da urgência da sobrevivência, da calamidade da necessidade e das novas configurações entre Estado e sociedade civil, implica na descaracterização de um problema social (o problema da habitação, neste caso), destituindo-o de qualquer sentido crítico, reflexivo e político.

Passados três anos depois de finalizadas as obras, as famílias do assentamento Pirituba II demonstraram total satisfação com suas novas casas, maiores, seguras, feitas de “material”, “do jeito que a gente sonhava”. No entanto, as moradias foram construídas a que preço? Ou melhor, a não-cidade tem sido concebida a que preço e de que forma? Como se calcula o esforço e o tempo que cada assentado empregou na construção de suas casas? Estes fatores são passíveis de serem calculados?

Diante do conjunto de reflexões e questionamentos sobre este debate, não se pretende tecer conclusões, tampouco arriscar possíveis respostas diante de tantas perguntas. O exercício deste trabalho justifica-se na tentativa de ampliar o ângulo de visão do problema apresentado, atentando-se para a urgência de recompor a sua crítica, elevando-o ao estatuto de um debate que merece ocupar o espaço público e, portanto, o lugar da política.

4. Notas

¹ Esta expressão faz referência ao artigo de João Marcos de Almeida Lopes (2002) “*O dorso da cidade: os sem-terra e a concepção de uma outra cidade*”. Neste artigo, o autor utiliza a expressão “não-cidade” referindo-se aos assentamentos rurais e reflete sobre a possibilidade de se conceber uma cidade que “se propõe inversa à dinâmica das cidades modernas”. Dessa forma, seria uma cidade “concebida pelo seu avesso”, ou seja, uma “não-cidade”.

² Este depoimento foi extraído do artigo “*Limites da virtude isolada: movimentos sociais e a política no Brasil*”, de Gabriel Feltran (2008).

³ A referência consultada que me possibilitou ter acesso a alguns dos pensamentos da filósofa Hannah Arendt, inclusive sobre a questão do espaço público, é a interessante dissertação de mestrado de Fábio Cardoso Keinert (2005), intitulada “*O social e a violência no pensamento de Hannah Arendt*”.

⁴ O ITESP é o órgão estadual responsável pela assessoria técnica aos assentamentos rurais. No caso do assentamento Pirituba II, a atuação do ITESP foi fundamental, sobretudo em dois momentos especiais que marcam a trajetória de vida das famílias assentadas. O primeiro momento diz respeito ao processo de organização territorial do assentamento, realizado pelo ITESP entre 1984 a 1991, ano em que a posse da terra foi decidida judicialmente. Neste processo, foram realizados os levantamentos topográficos, a delimitação das áreas de reserva ambiental, das áreas agricultáveis e não agricultáveis, das áreas destinadas aos lotes das famílias, etc. O segundo momento refere-se ao projeto habitacional das 42 casas, no qual os técnicos do ITESP colaboraram no processo de articulação com outras instituições, também participantes do projeto.

⁵ Este depoimento foi extraído do artigo “*Limites da virtude isolada: movimentos sociais e a política no Brasil*”, de Gabriel Feltran (2008).

⁶ Com relação a esta concepção de “civilização” difundida nos assentamentos, sobretudo no assentamento Pirituba II, Gabriel Feltran (2008, p. 135) atenta para o fato de que, a partir dessa ideologia bastante “experimentada” pelo MST, buscava-se combater a “ilusão” emergida na “falsa consciência” dos assentados com relação à propriedade da terra. O autor acrescenta que, para não reproduzirem a “perversidade do ciclo capitalista de produção, os assentados foram forçados a trabalhar coletivamente, como operários, sob a moeda de troca do crédito”.

⁷ Este depoimento foi extraído da dissertação de Lúcia Zanin Shimbo (2004, p. 53).

⁸ Informação extraída do artigo “*Limites da virtude isolada: movimentos sociais e a política no Brasil*”, de Gabriel Feltran (2008).

⁹ A expressão faz referência ao título do livro de Marilena Chauí (2000), “*O discurso competente e outros ensaios*”.

¹⁰ Como exposto anteriormente, as famílias que fizeram parte deste projeto são aquelas que, por desvincularem-se das cooperativas do MST, não foram contempladas pelo projeto habitacional da CDHU. Além disso, é importante destacar que essas 42 famílias eram moradoras das Agrovilas I e IV do assentamento.

¹¹ Durante as discussões sobre o financiamento habitacional, alguns caminhos foram tentados pelos participantes do projeto. Depois de uma tentativa frustrada junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o qual alegou não haver recursos disponíveis para habitação, surgiu a oportunidade de acessar o “Pró-Lar Rural” (CDHU/ITESP). Durante as discussões com as famílias sobre este programa, um dos pesquisadores do Grupo Habis também sugeriu recorrer à Caixa Econômica Federal (CEF). Neste período, o PSH passava por reformulações, abrangendo também a área rural. Além disso, este programa oferecia mais “vantagens” às famílias do que o Pró-Lar Rural, tais como: os materiais construtivos e o projeto arquitetônico não precisariam ser padronizados, permitindo que as famílias levassem adiante o projeto das casas concebido de forma participativa; o programa não excluía as famílias inadimplentes – uma vez que, nesse período, segundo Lúcia Shimbo (2004), 84% das famílias possuíam renda mensal de dois salários mínimos. Muitas famílias também estavam inadimplentes devido, em grande parte, aos problemas ocorridos nos tempos da Associação. Em novembro de 2003, o Governo Federal publica uma nova normativa para o PSH, oferecendo mais “vantagens” às famílias do assentamento, sobretudo com relação ao valor total do subsídio (R\$ 4.500,00). Esta notícia foi recebida com entusiasmo pelos pesquisadores e famílias, representando uma oportunidade de se realizar um sonho: o da casa própria. No entanto, uma vez que a construção das casas seria em mutirão, para a realização desse sonho seria preciso organizar coletivamente as famílias, incentivar as práticas de solidariedade, trocas de favores e cooperação entre elas, tudo isso com muita “disciplina” e “força de vontade”. Nesse sentido, quando a solidariedade, a troca de favores e a ajuda mútua tornam-se política pública, ocorre aí uma enorme redução da política à *eterna conformidade do universo dos possíveis*. Formuladas com base na permanência das necessidades das famílias, estas políticas públicas estão isentas de qualquer reflexão crítica, sendo implementadas para não funcionarem de fato, adequando-se às necessidades do seu “público-alvo” em vez de superá-las.

¹² Um fato curioso em relação ao Regimento de Obras, elaborado pelas famílias e pesquisadores, refere-se à sua aplicação no cotidiano dos canteiros de obras. Com o decorrer do processo construtivo, as próprias famílias foram percebendo, aos poucos, que as “regras” criadas por elas não se aplicavam à real dinâmica de trabalho nos canteiros. Assim, começaram a surgir ocorrências de descumprimento das regras do Regimento e, ao mesmo tempo, a reivindicação dessas regras por algumas famílias. Ou seja, diante de tais ocorrências, as próprias famílias passavam a *denunciar* seus companheiros de grupo, gerando, conseqüentemente, conflitos entre elas.

¹³ Em alguns mutirões urbanos, as famílias só ficam sabendo em qual casa irão morar depois que as obras foram finalizadas. No caso de Pirituba II, as famílias já sabiam em qual casa iriam morar, uma vez que as agrovilas do assentamento eram formadas por lotes unifamiliares e cada moradia seria construída nos respectivos lotes das famílias. Com o surgimento de conflitos entre as famílias de um

mesmo grupo de trabalho, cada uma resguardava-se no direito de não mais trabalhar na construção da casa da respectiva família com a qual estabeleceu-se o desentendimento, independente se este fato representaria uma quebra de acordo coletivo, ou se iria interferir no cronograma de obras.

¹⁴ No projeto Inovarural, a modalidade do contrato assinado junto à CEF/PSH foi a “carta de crédito individual”. Isto significaria que o valor do subsídio destinado para cada família seria depositado diretamente nas suas respectivas contas bancárias. No entanto, as compras de materiais construtivos seriam coletivas (visando a redução de custos) e só poderiam ser executadas se as obras das 42 casas seguissem o mesmo ritmo (ou seja, as etapas de obras das 42 casas deveriam seguir de forma simultânea, não podendo haver casas com etapas atrasadas).

5. Referências

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades. 1987.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 2000.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Limites da virtude isolada: Movimentos sociais e política no Brasil. In LEVY, B. GIANATELLI, N. **La política en Movimiento: Identidades y esperiencias de organización em América Latina**. Editora Clacso. Buenos Aires. 2008.

KEINERT, Fábio Cardoso. **O social e a violência no pensamento de Hannah Arendt**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2005.

LOPES, João Marcos de Almeida. **O anão caolho**. In: **Novos Estudos – CEBRAP** nº. 76. São Paulo, nov. 2006.

_____. “O dorso da cidade”: os Sem-Terra e a concepção de uma outra cidade. In SANTOS, Boaventura de Souza. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 2002. p. 283 – 326.

LOPES, João Marcos de Almeida; RIZEK, Cibele Saliba. O mutirão autogerido como procedimento inovador na produção da moradia para os pobres: uma abordagem crítica. In CARDOSO, A. L.; ABIKO, A. K. (Ed.) **Procedimentos de gestão habitacional para população de baixa renda**. Porto Alegre: ANTAC, 2006 (Coletânea HABITARE, v.5), p. 52-83.

NAVARRO, Zander. Mobilização sem Emancipação: As lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In SANTOS, Boaventura de Souza. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 2002.

OLIVEIRA, Francisco de O vício da virtude. In: **Novos Estudos – CEBRAP** nº. 74. São Paulo, mar. 2006.

_____. **Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003

PAOLI, Maria Célia. O mundo do Indistinto. In OLIVEIRA, Francisco de; e RIZEK, Cibebe Saliba. **A Era da Indeterminação**. São Paulo: Editora Boitempo. 2006.

RIZEK, Cibebe Saliba; BARROS, Joana; ARANTES, Pedro Fiori. Cidade e Território: o relato de uma experiência em um assentamento do MST. In: **Anais** do IX Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro, 28 de maio a 1 de junho de 2001.

RIZEK, Cibebe Saliba; BARROS, Joana; BERGAMIN, Marta de Aguiar. A política de produção habitacional por mutirões autogeridos: construindo algumas questões. In: **R. V. Estudos Urbanos e Regionais**, v. 5, nº. 1 – maio 2003.

SHIMBO, Lúcia Zanin. **A casa é o pivô**: mediações entre o arquiteto, o morador e a habitação rural. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2004.